

**A CONSTITUIÇÃO DO SABER GRAMATICAL:
BRASIL, SÉCULO XIX E AS GRAMÁTICAS
DE ALFREDO GOMES E AUGUSTO FREIRE DA SILVA**

Márcia Antônia Guedes Molina (UFMA)
maguemol@yahoo.com.br

1. Considerações iniciais

Sabemos que a o conteúdo das aulas de gramática na escola brasileira ao longo do século XIX passou por inúmeras transformações, acompanhando as correntes que orientavam os estudiosos da época. Em grande parte do século, sobretudo em sua metade, os currículos eram predominantemente humanísticos, embasados na influência jesuítica, e a concepção de gramática era a advinda da tradição greco-latina, que a compreendia como arte de ler e escrever corretamente a língua portuguesa de acordo com os clássicos. (FÁVERO, 2001).

Depois, sobretudo no último quartel desse século, orientado pelas correntes científicas, o currículo passou a caminhar para disciplinas científicas e, com a corrente histórico-comparativa, surgiram as obras gramaticais que propunham uma ruptura com o modelo anterior. É exemplo disso, em especial, a gramática de Júlio Ribeiro (1881), que aproximava a língua dos seres vivos, informando que tal como estes, aquela nasce, cresce, desenvolve-se e morre. Mas a produção gramatical brasileira ainda engatinhava. Foi com a elaboração do programa de exames idealizado por Fausto Barreto (1877) a pedido do então Ministro da Instrução Pública, para o Colégio de Pedro II, que ocorreu a necessidade da elaboração de manuais didáticos que atendessem a esse programa, a fim de preparar os jovens para ingressarem naquela Instituição, modelo para as demais, motivando muitos lentes a produzirem seus próprios manuais.

Assim, inúmeras obras surgiram nesta ocasião, orientadas tanto pelas correntes filosóficas quanto histórico-comparativas. Nosso trabalho é apresentar uma reflexão sobre duas dessas obras: *Gramática Portuguesa*¹ de Alfredo Gomes e a *Gramática Portuguesa* de Augusto Freire da Silva, mostrando como os estudiosos deram-nos a ler aquele momento histórico. Nosso trabalho ancora-se na história das ideias linguísticas

¹ Atualizamos a ortografia das palavras para facilitar a leitura do texto.

(AUROUX, 1992) e na história cultural, em especial, em Chartier (2001, p. 176), que informa: “Partimos de uma operação de constituição de sentido efetuada na leitura (ou na escuta) como um processo historicamente determinado cujos modos e modelos variam de acordo com os tempos, lugares e comunidades”.

Analisaremos, pois, a constituição desses manuais, balizando as contribuições das duas correntes (a de inspiração filosófica e a histórico-comparativa) que permeavam o imaginário dos estudiosos da época. Assim, avaliaremos, naquele momento histórico, como pensavam aqueles professores que criaram os manuais, como concebiam as noções gramaticais lá contidas e como as veiculavam.

2. Educação e ensino de língua portuguesa: visitando o passado

Sabemos com Fávero & Molina (2006) que, depois da expulsão dos jesuítas pelo marquês de Pombal, em 1759, a escola brasileira ficou órfã, uma vez que a maioria dos colégios era dirigida pelos missionários. A educação passou, então, a ser de responsabilidade do Estado, contudo, enfrentando muitas dificuldades, visto ter ocorrido um espaço de treze anos entre a expulsão dos religiosos e a contratação de novos mestres. Neste meio tempo, quando desejavam escolarizarem-se, os jovens brasileiros ou passavam pelas mãos de professores particulares, com o que foi chamado de aulas avulsas, ou pelas dos familiares - irmãos mais velhos, tios, pais e primos que lhes apresentavam as primeiras letras. Os poucos seminários que ainda mantinham instrução, apresentavam-na muito abaixo do esperado, em termos de qualidade, visto a ausência de propostas pedagógicas.

Os jovens que desejassem formação regular, dirigiam-se à pátria-mãe, em especial, a Coimbra, onde se formavam, principalmente, em Direito. Em seu retorno para o Brasil, cabiam-lhe empregos públicos importantes, muito desejados, visto garantirem-lhes um bom padrão de vida.

Diante dessa realidade, em 1772, foi criado o *subsídio literário*, um imposto que contribuiria no acompanhamento de questões educacionais e da manutenção das escolas primárias.

Somente depois da vinda da Família Real para o Brasil é que a situação começou a mudar. Com D. João VI tivemos a Imprensa Régia, a criação da Faculdade de Medicina, em Salvador, uma reorganização ad-

ministrativa e grande desenvolvimento urbano. O Brasil ganhou uma Biblioteca Pública, o Jardim Botânico, o Museu Nacional e outros estabelecimentos que iriam paulatinamente imprimindo identidade em nosso território e a nosso povo.

Algumas instituições educacionais foram surgindo, como a Academia Real da Marinha, Academia Real Militar, a Escola Politécnica etc. A independência do país, conquistada em 1822, fez esboçarem-se algumas mudanças no panorama político e social. No que concerne à educação, a Constituição de 1824 firmava como compromisso do Império assegurar instrução primária e gratuita a todos os cidadãos; isso foi confirmado em 1827, pela lei de 15 de outubro, que previa a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e vilarejos. Entretanto, a promulgação do ato adicional de 1834, que delegou às províncias a prerrogativa de legislar sobre a educação primária, fez com que o governo central se afastasse da responsabilidade de assegurar educação elementar para todos (TEIXEIRA, 2001)

Somente em 1838, com a inauguração do Colégio de Pedro II é que a escola seriada voltou a ter papel preponderante na formação da população brasileira. Neste ano, o regulamento de 31/01 distribuía as matérias em oito séries, a serem cumpridas em oito anos, com um estudo predominantemente humanístico. Ao final desses oito anos, era conferido ao aluno o diploma de Bacharel em Letras, oportunizando-lhes o ingresso nas demais academias do Império sem a necessidade de prestar exames.

Em relação à língua portuguesa, cujas aulas, na ocasião, reduziam-se ao estudo da gramática, o foco era dado à gramática geral e nacional. Lembremo-nos de que o conceito de nacional na época era relativo ao território, valorizando, portanto, o português de Portugal e as gramáticas adotadas na ocasião, como a de Soares Barbosa, eram as advindas, em sua grande maioria, da pátria-mãe.

Ao lado dessas produções portuguesas, circulavam também, mesmo que modestamente, as obras gramaticais de Frei Caneca, Duarte da Costa e Coruja. Somente a última, contudo, teve maior representatividade.

O Colégio de Pedro II passou durante o século XIX por inúmeras mudanças², chegando à década de setenta, privilegiando o estudo das ci-

² O Colégio Pedro II teve seu nome alterado no século XIX depois de sua reorganização em 1838. Durante o Período Imperial, chama-se Colégio de Pedro II, depois somente Colégio Pedro II

ências físicas e naturais, ministradas nas séries finais do curso, comunicando com as influências advindas do contexto histórico. Era a época do despertar para as ciências, das descobertas, do microscópio e com ele o olhar minucioso sobre os dados. O positivismo e o evolucionismo imprimiam, imprimindo rigor na constatação dos fatos e em sua classificação.

Na língua portuguesa essa influência trouxe para o Brasil as orientações das gramáticas histórico-comparativas, do naturalismo. Júlio Ribeiro, profícuo estudioso, lança a sua *Gramática Portuguesa*, divisora de águas, visto inaugurar aqui no Brasil a os estudos embasados naquele modelo.

Depois dela muitas obras surgiram, sobretudo depois do Programa de Exames elaborado por Fausto Barreto³ a pedido do ministro de instrução pública, para aqueles que desejassem ingressar no Colégio Pedro II. Esse programa norteou os professores, estimulando-os a produzirem seus manuais com o conteúdo prescrito nesse programa.

Dentre as obras editadas na ocasião, há as de Alfredo Gomes e Augusto Freire da Silva, sobre as quais discorreremos a seguir, delimitando nossas considerações em algumas discussões trazidas pelos estudiosos a respeito das noções gerais de gramática, morfologia e sintaxe.

3. *Gramática Portuguesa – Alfredo Gome*⁴

Esta foi uma das obras criadas para atender ao programa de exames de Fausto Barreto. Embora muito criticada⁵, obteve grande aceitação por parte do professorado brasileiro, tendo sido adotada em vários colégios, como no Colégio Pedro II, na Escola Normal, no Colégio Militar e ainda no Liceu Literário Português e no Liceu de Artes e Ofícios.

O autor começa sua obra com um capítulo intitulado *Gramática Geral e Particular*, em que define a linguagem como “Conjunto de sinais orais de que a humanidade se serve para representar as ideias” (p. 5) e língua como:

³ Esse programa está disponível em *Procelárias*.

⁴ A obra estudada é a publicada em 1895, quando de sua 6ª edição

⁵ Figueiredo (1957, p. 102) relata que, como rompia com a *venerável rotina*, professores mais apegados à tradição *esperneavam* e tentavam retomar o *poderio antigo*.

A linguagem usada por uma ou mais nações, o falar exclusivo de um ou alguns povos (p. 5), completando: Não há essencialmente diferença entre linguagem e língua: esta porém, representa como uma parte do complexo imenso de vocábulos que constituem o meio, o veículo com que os homens se transmitem uns aos outros os seus pensamentos. (p. 5 e 6).

Como podemos ver, a distinção entre língua e linguagem não estava bem estabelecida para ele nem para muitos dos que lhes eram contemporâneos. Recordemo-nos de que essas só começaram a ser bem delimitadas alguns anos depois com o Saussure. Além disso, a noção de língua como representação do pensamento, herdada dos clássicos, está presente aqui.

Cavaleire (2000, p. 238) informa que os estudos comparativistas trouxeram a lume, na virada do século XIX/XX, o preceito de que a “língua é elemento autônomo e mutável, sobretudo oral”, ficando, pois, a escrita em um outro plano. Talvez seja este o motivo por que Alfredo Gomes considere apenas o falar em detrimento da escrita.

Continuando, o estudioso divide a gramática em duas partes: Morfologia e Sintaxe, acompanhando Alexander Bain, autor que iluminou muitos dos estudiosos na época. Na primeira parte, considera: fonética, prosódia ou ortoépia, taxinomia, campeonomia e etimologia. Na segunda, a disposição das palavras, a concordância, “a boa escolha dos adjuntos ou complementos” (p. 252).

Observamos que, se de um lado Alfredo Gomes acompanha os estudiosos da gramática histórico-comparativa na questão da fala, por outro, informa ser papel da sintaxe “a boa escolha dos adjuntos e complementos”, aproximando seu ponto de vista da clássica definição da gramática como arte de falar e escrever de acordo com os clássicos.

Mais uma vez, comungando com os princípios das obras de influência científica, inscreve as palavras em dez espécies: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, verbo, particípio, advérbio, preposição, conjunção e interjeição, mas antagonicamente informa que essas deveriam reduzir-se, na realidade, a sete, uma vez que a interjeição é mais um *grito*, do que classe; o artigo é um adjetivo e o particípio ora adjetivo, ora verbo.

Por esse posicionamento, percebemos claramente que, embora tenha um pé na modernidade, o outro está bem fincado na tradição.

Em relação à sintaxe, o autor inicia informando que essa parte compreende a concordância, a subordinação ou regência, a colocação ou

ordem (p. 252). Depois, define proposição ou oração como enunciado de um juízo, dividindo-a em duas partes: sujeito e predicado, calcado na Gramática de Port-Royal (p. 28):

O julgamento que fazer das coisas, como quando digo: ‘A terra é redonda, se chama PROPOSIÇÃO; e assim toda proposição encerra necessariamente dois termos: um sujeito, que é aquilo de que se afirma algo, como *terra*; o outro, chamado atributo, que é o que se afirma, como *redonda* (...)

Prossegue apresentando uma definição bastante minuciosa tanto do sujeito: sujeito: lógico, gramatical, simples, composto, complexo e incompleto; quanto do predicado: lógico, gramatical, complexo e incompleto. Em relação à oração informa serem plena ou elíptica; afirmativa ou negativa. Esta pode ser enunciativa, interrogativa, optativa, imperativa ou exclamativa.

Quanto ao valor sintático, pode ser principal, coordenada ou subordinada. A primeira é a única que num período forma sentido independente; a segunda é a que tem sentido perfeito e a última a que tem sentido suspenso (*sic*) ou dependente do sentido da outra.

Finalizamos por ora nossas discussões a respeito dessa obra, informando que, na sintaxe, passa então a discorrer sobre os termos da oração e suas relações de concordância e regência, revelando grande apego à gramática greco-latina.

4. Gramática Portuguesa de Augusto Freire da Silva⁶

Esta obra foi outra publicada para atender ao Programa de Exames proposto pelo Prof. Fausto Barreto. Há divergências quanto à data de sua publicação, visto que a página de rosto da obra consultada (publicada em 1906) informe que ela fora premiada em 1877, momento de sua segunda edição, Leite de Vasconcelos (1929, p.893) verbaliza que sua primeira edição data de 1879. De toda forma, sua importância na História dos estudos gramaticais brasileiros é irrefutável. Nesse sentido, assevera Leite de Vasconcelos: “O trabalho do Dr. Freire é vazado aos moldes modernos, e encerra uma sistematização completa das matérias que fazem parte do estudo da filologia portuguesa”. (*Idem*)

Na parte introdutória da obra encontramos as *Noções Gerais* em que discute o termo *gramática*, informando que é o “estudo dos fatos e

⁶ Obra consultada: 8ª edição, 1906

das leis da linguagem, dividindo-a em geral e particular”. A primeira é o “estudo dos fatos e das leis de uma língua determinada” (p. 27), classificando-a em “comparativa e histórica”, explicitando que essa última é a que analisa “os fatos da linguagem em diferentes épocas de uma língua ou em diferentes línguas, investigando que leis presidem as suas alterações” – e descritivas ou expositivas, a que se “limita a expor os fatos da linguagem, observados no emprego de uma língua em uma dada época, abstraindo do estudo de suas transformações” (p. 28). Tais definições fazem-nos crer que Augusto Freire já percebia a diferença entre estudos sincrônicos e diacrônicos, dicotomia proposta anos mais tarde por Saussure.

Na sequência, divide a gramática em três partes: lexicologia, sintaxe e semiologia, introduzindo com essa última parte os estudos do significado, bastante inovador na época.

Para Freire da Silva, a lexicologia está tripartida em fonologia, lexicografia e morfologia. Em virtude de nossa delimitação, avaliaremos a última parte. Para ele, a morfologia estuda as palavras “como seres organizados constitutivos da linguagem” (p. 95), dividindo-a em lexicologia e organografia.

Algumas considerações devemos fazer aqui: primeiramente que já se percebe seu apego à tradição, ao dividir a gramática em geral e particular. Contudo, percebe-se também seu olhar para a gramática de inspiração científica, quando apresenta tal rigor e minúcia nas categorizações, como exigiam as correntes positivistas e evolucionistas.

Prosseguindo, o autor define

morfologia como o estudo das palavras, como seres já organizados, constitutivos da linguagem, inscrevendo as palavras em espécies, e em seus órgãos ou elementos morfológicos, explanado a doutrina atinente às flexões, e à sua formação, já como derivadas, já como compostas de outras (p. 95).

Depois, informa que os estudos morfológicos compreendem a lexicologia – “classificação das palavras em várias espécies ou categorias, correspondentes às ideias que exprimem” (taxionomia). Mais uma vez fica clara sua aproximação das correntes naturalistas, visto a adoção de expressões como: seres, seres organizados, órgãos.

Diferentemente de Alfredo Gomes, inscreve os vocábulos em oito classificações: substantivo, pronome, adjetivo, verbo, preposição, advérbio, conjunção e interjeição, proposta que se coaduna com a apresentada na de Port-Royal.

Nesta primeira parte da obra, destacamos dois fatos importantes: há momentos, sobretudo na discussão dos gêneros, em que o autor aproxima-se da gramática latina, ao discutir o gênero neutro:

O gênero neutro latino, já a obliterar-se sob o Império, perdeu-se nas línguas românicas, por virtude da decadência do latim barbarizado pelos godos, e do caráter negativo e tradicional distribuição de tal gênero. Todavia conservamos ainda vestígios dele em *isto* de *istud*; *isso* de *ispum*; *aquilo* de *ecce-illud* (...) (p. 128)

mas há outros, em que se apoia em línguas modernas, como na língua inglesa: “A língua inglesa é a única que segue este caminho natural, por isso é nela a doutrina do gêneros dos nomes matéria sumamente fácil, ao invés do que se dá com as outras”. (p. 126). Na sequência, recorre a outra língua sapiencial para reforçar a doutrina: “Muitos vocábulos mudaram de gênero, quer na passagem do latim ou do grego para o português, quer mesmo depois de já pertencerem ao nosso léxico”.

Outro fato importante na morfologia é o estudo extremamente minucioso do verbo. Lembremo-nos de que, nas gramáticas tradicionais, ao verbo era reservada praticamente metade dos compêndios, visto a latina importância dada a essa classe de palavra. Nos estudiosos da Antiguidade Clássica julgavam que, enquanto não se pronunciasse o verbo, nada teria sido dito.

Na sintaxe, informa que essa ensina a coordenar as palavras e as proposições, de modo que sejam a expressão “pura ou artística do pensamento”. (p. 291), dividindo-a em gramatical e literária. A primeira subdivide em sintaxe de palavras e de proposições e a segunda informa que é a que trata do estilo.

Julgamos que essa maneira de classificar e definir a sintaxe muito aproxima-se da proposta de Soares Barbosa (1875, p. 362), para quem:

Sintaxe quer dizer coordenação; e chama-se assim esta parte da Gramática que das palavras separadas ensina a formar e compor uma oração, ordenando-as segundo as relações ou de conveniência ou de determinação, em que suas ideias estão umas para as outras (...) a construção pode ser direta ou invertida (...)

Prossegue Augusto Freire informando que a sintaxe das palavras é a que trata das palavras relacionadas entre si, “formando a proposição ou o período simples” (p. 292) e é “geral ou particular”. Esta trata da função de cada uma das categorias; aquela da proposição definindo esse termo como o fizeram os estudiosos da *Gramática de Port-Royal*, como “enunciado de juízo”. Continua ensinando que proposição também se chama

“oração, frase, sentença” e contém três termos: “sujeito, verbo, atributo”. (p. 292). Novamente, parece ter sido Soares Barbosa inspiração do autor:

Oração, ou proposição ou frase (pois tudo quer dizer o mesmo) é qualquer juízo de entendimento, expressado com palavras (...). Toda oração tem necessariamente três termos, um que exprime a pessoa ou coisa, da qual se diz e enuncia alguma coisa; outro que exprime a coisa, que se enuncia, e o terceiro que exprime a identidade e coexistência de uma coisa com outra. O primeiro termo chama-se sujeito, o segundo atributo, e o terceiro é o verbo. (*Op. cit.*, p. 363).

Para finalizar, na sintaxe das proposições, o autor discorre sobre as “proposições relacionadas entre si, formando o período composto”, dividindo-as em absolutas e subordinadas. As primeiras são as que conhecemos hoje como coordenadas e nas segundas inscreve as circunstanciais, que conhecemos com adverbiais, e as integrantes, muito próximas das nossas atuais substantivas.

5. *Considerações finais*

Como vimos, o final do século XIX foi muito profícuo em relação aos estudos gramaticais. Foi o momento de gramatização brasileira (FÁVERO & MOLINA, 2006), ou seja período em que os manuais portugueses foram perdendo a força nos bancos escolares e surgiram os instrumentos gramaticais realmente brasileiros. (AUROUX, 1992). O programa de exames do professor Fausto Barreto, podemos dizer, foi a mola propulsora para isso, visto a necessidade de ser adaptarem os estudos de gramática àquilo que era exigido no colégio “modelo” que formava nossos homens das letras.

Pudemos observar também que o último quartel do século XIX foi um período ímpar para os estudos gramaticais brasileiros, pois duas correntes iluminavam nossos estudiosos: a corrente que se apoiava nas gramáticas de tradição greco-latina e a que seguia as de inspiração científicas, confirmando que devemos compreender esses manuais em consonância com o processo sócio-histórico em que estão inseridos.

Como momento de transição, os gramáticos avaliados aqui apresentam características das duas correntes, embora queira nos parecer que Augusto Freire da Silva tenha revelando mais apego à tradição que Alfredo Gomes. De toda forma, trata-se de grandes estudiosos que formaram importante parte dos intelectuais brasileiros, mostrando-lhes sua ótica e a forma de interpretar os fatos gramaticais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES, *Arte retórica e arte poética*. Trad.: A. P. Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro, [s/d.].

ARNAULT & LANCELOT. *Gramática de Port-Royal*: gramática geral e razoada. Trad.: B. F. Bassetto e H. G. Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

AUROUX, S. *Revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Unicamp, 1992.

BARBOSA, J. S. *Gramática filosófica da língua portuguesa*. 6. ed. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1875.

CAVALIERI, R. *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

CHARTIER, R. O mundo como representação. *Revista do Instituto de Estudos Avançados*, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.

FÁVERO, L.L. Gramática é a arte... In: _____. *História das ideias linguísticas*. Mato Grosso: Unemat, 2001.

_____; MOLINA, M. A. G. *As concepções linguísticas no século XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FIGUEIREDO, A. J. *Resenha breve das ideias gramaticais: dos gregos aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1957.

GOMES, A. *Gramática portuguesa*. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1895.

RIBEIRO, J. *Gramática portuguesa*. 7. ed. São Paulo: N. Falcone & Comp., [s/d.].

SILVA, A. F. da. *Gramática portuguesa*. 8. ed. São Paulo: Augusto Siqueira, 1906.

TEIXEIRA, E.F. *O direito à educação nas constituições brasileiras*. Belém: UNAMA, 2001.

VASCONCELOS, J.L. *Opúsculos*, vol. IV – Filologia, Parte II. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1929.